Política e crise econômica: o capital e suas formas de dizer e silenciar

Politics and economics crisis: the capital and its saying and silencing ways

DOI 10.20396/lil.v26inesp.8671304

Helson Flávio da Silva Sobrinho[[1]](#footnote-1)

UFAL/CNPq/Gedon

Resumo

Este artigo tem duplo objetivo: 1) prestar uma homenagem a Eni Orlandi pela comemoração dos trinta anos do lançamento do livro “As formas do silêncio”; e 2) refletir, a partir da categoria silêncio, sobre o entrelaçamento do discurso político e econômico na sociedade capitalista em crise estrutural. O percurso do presente estudo foi, de início, retomar as categorias silêncio fundante e política do silêncio, para, em seguida, analisar as entrevistas, realizadas no Jornal Nacional, da TV Globo, dos dois candidatos mais cotados no primeiro turno das pesquisas para a presidência do Brasil em 2022: Lula e Bolsonaro. Como resultado, foi possível compreender nessas entrevistas o funcionamento da política do silêncio (silenciamento) sobre a crise estrutural do capital e seus efeitos de reprodução/transformação sobre o real sócio-histórico da formação social brasileira.

Palavras-chave: Silêncio, Política, Crise, Capitalismo.

Abstract

This article has a double objective: 1) to pay homage to Eni Orlandi for the commemoration of the 30th anniversary of her book release “As Formas do Silence” (“The Shapes of Silence”, in a free translation); and 2) reflect, considering the category of silence, on the intertwining of political and economic discourse in capitalist society in structural crisis. The course of the present study was, firstly, to resume the categories of founding silence and politics of silence so that we analyze the interviews, broadcast on Jornal Nacional, from Globo TV channel, of the two most cited candidates in the first round of the election for the presidency of Brazil in 2022: Lula and Bolsonaro. As a result, it was possible to understand from these interviews the functioning of the policy of silence (silencing) on the structural crisis of the capital, producing effects of reproduction/transformation on the socio-historical reality of the Brazilian social formation.

Keywords: Silence, Politics, Crisis, Capitalism.

# Uma introdução repleta de afeto e gratidão

“A linguagem é passagem incessante das palavras ao silêncio e do silêncio às palavras.” (ORLANDI, 2002, p. 72)

Eni Orlandi, no prefácio de seu livro *As formas do silêncio no movimento dos sentidos,* inicia seu percurso de escrita com um alerta sobre as dificuldades de abordar a questão do silêncio: “Porque tomá-lo como objeto de reflexão, e colocarmo-nos na relação do dizível com o indizível, nos faz correr o risco mesmo dos seus efeitos: o de não saber caminhar entre o dizer e o não-dizer” (2002, p. 11).

Penso que Orlandi tem razão, pois quantas e quantas vezes iniciei esta escrita, planejei o caminho a ser trilhado, fiz rascunhos para textualizar o pensamento, mas me deparava constantemente com o silêncio. Quantos dias, quantas semanas, fiquei em silêncio para pensar este texto. Foi, reflito eu, talvez uma forma de experimentar o recuo do significante. Sentia que na medida em que algo pulsava e me colocava em estado de reflexão, algo me paralisava. Acredito que era o medo de não saber mobilizar essa categoria tão importante para a história das ideias discursivas no Brasil.

Sabendo que fazer essa análise não seria uma tarefa fácil e na tentativa de me acalmar, passei a compreender que escrever este texto era uma oportunidade de prestar, de forma afetuosa, e também teórico-política, uma homenagem a uma grande intelectual que tocou fortemente meu percurso de pesquisas na Análise de Discurso (AD). Muito obrigado, Eni Orlandi!

Como estamos falando de afeto e gratidão, preciso registrar também que o texto que ora apresento foi um convite realizado pela professora Freda Indursky (UFRGS), organizadora desta edição especial da revista *Língua e Instrumentos Linguísticos*. Freda é também uma professora por quem tenho imensa admiração. Seu convite foi uma honra e um desafio. Ela depositou em mim confiança ao solicitar-me uma reflexão sobre silêncio e política. Obrigado, Freda, pela oportunidade!

Considerando que a proposta foi falar de silêncio e política, uma lembrança de minha graduação foi evocada. Assim, gostaria de aproveitar o ensejo para também dedicar este texto a outra grande pesquisadora que me interpelou quando muito jovem em suas aulas de Ciência Política: a professora Belmira Magalhães (Ufal). Essa intelectual me ensinou desde cedo a pensar o discurso, a refletir sobre a política e suas contradições. Numa dedicatória de um de seus livros, ela me disse: “A política também trata da vida. Então, viva-a!”. Gratidão, Belmira!

Feitas essas breves homenagens, aqui estou eu e outros/as/es, vivendo a política, resistindo, muitas vezes à flor da pele, mediado pelo silêncio fundante, e, também, em meio aos dizeres e à política do silêncio (silenciamentos e censuras), pois vivemos uma conjuntura bastante complexa na qual se entrecruzam crise política e crise econômica ante a lógica destruidora e desumanizante do capital.

Nesse sentido, este artigo fará o seguinte percurso de trabalho. Primeiramente, revisitaremos a categoria silêncio a partir das reflexões de Eni Orlandi. Em seguida, produziremos uma reflexão sobre política e economia, pensando os sentidos de crise política e crise econômica, no intuito de compreender o funcionamento da política do silêncio nesses processos discursivos. Por fim, apresentaremos algumas considerações finais, destacando a importância da categoria teórica e analítica do silêncio como necessária para compreender o caráter material do discurso sobre a crise política e econômica. Sigamos!

# A categoria silêncio na AD: uma reflexão polêmica e produtiva

“Como para o mar, é na profundidade, no silêncio, que está o real sentido. As ondas são apenas o seu ruído, suas bordas (limites), seu movimento periférico (palavras).” (ORLANDI, 2002, p. 35)

No livro *As formas do silêncio*, Orlandi afirma que o fio condutor de sua reflexão é apresentar os sentidos do silêncio. Para ela, não se trata de silêncio físico, mas de silêncio significante. De modo poético, a autora ressalta: há modos de se estar no silêncio, há silêncio nas palavras, elas transpiram silêncio.

Mas, como dissemos no título deste item, a reflexão é polêmica e, por vezes, incômoda para alguns/as estudiosos/as, porque Orlandi toma, primeiramente, o silêncio como “fundante”, e essa compreensão torna a relação silêncio/linguagem bastante complexa. Como diz a autora: “no início é o silêncio. A linguagem vem depois” (2002, p. 29). Ou seja, “não é mero complemento de linguagem. Ele tem significância própria [...]. Sempre se diz a partir do silêncio” (2002, p. 23).

Para Orlandi, reconhecer a existência do silêncio fundador não quer dizer que ele seja a origem do sentido, o seu absoluto, muito menos o vazio da significação, mas sim a garantia do movimento de sentidos e de sujeitos. Como vemos, a reflexão de Orlandi coloca, pois, em causa a centralidade da linguagem; isto provoca polêmica e, ao mesmo tempo, nos põe em estado de reflexão, uma vez que o silêncio é condição do significar, é matéria significante distinta da linguagem. Por isso, “na perspectiva que assumimos, o silêncio não fala. O silêncio é. Ele significa. Ou melhor: no silêncio, o sentido é.” (ORLANDI, 2002, p. 33).

Avançando na reflexão, é preciso ressaltar que a investigação de Orlandi não cessa nesta primeira polêmica sobre o silêncio fundador. A autora alarga o pensamento ao tratar de outra forma de silêncio, a saber: a política do silêncio, que se subdivide em: a) silêncio constitutivo ou silenciamento; b) silêncio local (censura).

O silêncio constitutivo ou silenciamento funciona pelo apagamento, tal como: uma palavra apaga outra palavra, ou ainda, se diz *X* para não se dizer *Y*. Já sobre o silêncio local, especificamente, Orlandi se refere à censura; nesta, certos dizeres são proibidos de ser ditos numa conjuntura sócio-histórica determinada. Ou seja, eles são proibidos/interditados pela/na materialidade da história.

Como foi dito mais acima, para Orlandi, o silêncio não fala, ele significa, e é justamente por conta dessa condição que se exige que o método de análise seja diferenciado do formalismo. Pergunta-se então: como compreender o silêncio?

Para compreender o silêncio é preciso que nos inscrevamos numa abordagem discursiva. Segundo Orlandi, o silêncio não é o que se tem chamado de implícito, não é a elipse como a Linguística estuda; o silêncio também não pode ser tratado como resíduo ou resto da linguagem. Então, Orlandi chega ao entendimento de que, para abordar o silêncio, é preciso pensar a história como constitutiva, pois “sem considerar a historicidade do texto, os processos de construção dos efeitos de sentidos, é impossível compreender o silêncio” (2002, p. 47).

Ainda segundo a autora:

Em consequência, é preciso se deslocar a análise do domínio dos produtos para o dos processos de produção dos sentidos. O método de que necessitamos deve então ser “histórico” (discursivo), e fazer apelo à “interdiscursividade”, trabalhando com os entremeios, os reflexos indiretos, os efeitos. (ORLANDI, 2002, p. 57)

Compreender o silêncio não é nada fácil, como afirmou Orlandi no início de seu livro, e também como temíamos no início deste texto. Pois precisamos compreender o silêncio como fundador e, ao mesmo tempo, compreender o funcionamento da política do silêncio que são as formas de pôr em silêncio.

Como sempre se diz a partir do silêncio, essas categorias teóricas podem iluminar ainda mais nossas análises discursivas, permitindo-nos chegar ao caráter material do sentido, como diria Pêcheux (2009), pois ao compreender a presença do silêncio, identificamos posições ideológicas tomadas como tais, acompanhamos o movimento de sentidos e as práticas dos sujeitos na materialidade da história.

A epígrafe acima apresenta uma metáfora bastante produtiva para fundamentar nossa reflexão. Assim, por um lado, pensando na profundidade do mar, podemos pensar na profundidade do processo discursivo e compreender que é lá que encontramos o silêncio, onde ele é, onde ele significa. Por outro lado, pensando nas ondas do mar, é o silêncio, em seus efeitos, que também garante o movimento do sentido e do sujeito. As ondas são como as palavras, quando quebram na praia elas transpiram silêncio, e, mesmo em seu sedutor “barulho”, elas também podem silenciar. Isso porque, nesse movimento do mar (silêncio), há relações de forças, produção de evidências, de equívocos, tensões, conflitos, lutas, contradições que enredadas constituem a materialidade dos sujeitos e dos sentidos.

# Política e crise estrutural do capital: o silêncio enquanto elemento constitutivo do sentido

“Diremos que o silêncio não é interpretável, mas compreensível.” (ORLANDI, 2002, p. 51)

A partir de agora, iremos pensar o discurso sobre a política e a “crise econômica” no Brasil. Mobilizamos a categoria teórica e analítica da política do silêncio para chegar à concretude histórica do discurso, ou seja, ao caráter material do sentido. Para realizar esse intento, analisaremos recortes discursivos extraídos das entrevistas dos dois candidatos mais cotados à eleição presidencial brasileira, em 2022, a saber: Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e Jair Messias Bolsonaro (PL).

Nosso objetivo foi compreender como a política do silêncio funciona na mediação da lógica capitalista nos dizeres dos candidatos citados acima e dos jornalistas-entrevistadores (William Bonner e Renata Vasconcelos). Nossa hipótese é que há um processo discursivo que articula crise política e crise econômica e muitos silêncios sobre a crise estrutural do capital, e isto tem implicações sérias no real sócio-histórico. De fato, como diz Orlandi (2002, p. 51), “o silêncio não é interpretável, mas compreensível”. É preciso explicitar o modo pelo qual ele significa e como se mostra em seus efeitos.

Ainda segundo a autora:

Compreender o silêncio não é, pois, atribuir-lhe um sentido metafórico em sua relação ao dizer (“traduzir” o silêncio em palavra), mas conhecer os processos de significação que ele põe em jogo. Conhecer os seus modos de significar. (ORLANDI, 2002, p. 52)

Como sabemos, todo processo de significação tem relação necessária com o silêncio. Assim, a nosso ver, o discurso sobre a crise política e a crise econômica no Brasil materializam a relação com o silêncio da crise estrutural do capital. Podemos fundamentar nossa afirmação com a seguinte citação de Orlandi (2002, p. 55):

Há pois uma declinação política da significação que resulta no silenciamento como forma não de calar mas de fazer dizer “uma” coisa, para não deixar dizer “outras”. Ou seja, **o silêncio recorta o dizer. Esta é sua dimensão política.** (Grifos nossos)

Tomando essa assertiva de que o **silêncio tem uma dimensão política**, vamos aprofundar nossa reflexão dialogando também com o materialismo histórico, para trazer a noção de política. Nossa inscrição teórica se dá também na perspectiva marxiana, pois ela nos possibilita pensar a política como materialização dos interesses e conflitos de classes. Segundo Marx; Engels (2005, p. 59): “O poder político é o poder organizado de uma classe para a opressão de outra”.

Marx, segundo Chasin (2000), toma a política em sua determinação ontológica negativa. Insistimos nisso porque essa leitura não é dominante no meio acadêmico e, talvez, também não seja nos espaços de militância política. Marx, em seus trabalhos, faz críticas severas à filosofia política e às tentativas de resolução das questões sociais que se restringem meramente à instância do poder político (Estado/governo).

Dessa maneira, quando pensa a relação da política com o Estado capitalista, destaca, sobretudo, a diferença radical entre emancipação política (que implica a manutenção das relações do capital) e emancipação humana (ruptura radical com a lógica capitalista). Marx revela, em suas análises, como os teóricos representantes da burguesia universalizam um pensar sobre a sociedade capitalista como um sistema natural e eterno, quando, em verdade, é uma construção resultante de processos sociais e históricos.

Além disso, Marx elucida como o funcionamento do Aparelho de Estado estabelece e reforça uma dicotomia entre público e privado para salvaguardar os interesses dominantes, a saber: a propriedade privada, a reprodução da divisão social do trabalho, a exploração da classe trabalhadora e a lógica do lucro.

A nosso ver, esse funcionamento da sociedade capitalista é silêncio significante que possibilita o movimento dos sentidos e dos sujeitos. É, pois, silêncio que não se reduz às palavras, não é complemento da linguagem e, muito menos, ausência de palavras. Esse silêncio, em sua matéria significante, está nos fundamentos da significação da reprodução do sistema capitalista.

A sociedade capitalista funciona silenciando sua lógica de ser e, para isso, utiliza diversos mecanismos, como, por exemplo, o discurso jurídico: “todos são iguais perante a lei”. Mas, como diz Pêcheux (1997, p. 25), ironicamente, isso mantém o equívoco fundamental do “contrato do trabalho”: “o que se pode resumir dizendo que, no direito burguês, ‘todos são iguais, mas há alguns que o são mais que outros’”.

Aproximando essas questões sobre o funcionamento da sociedade capitalista com a noção de silêncio, pensamos que o modo como o sistema capitalista funciona é justamente silenciando seus interesses antagônicos que se expressam nos conflitos e nas lutas de classes.

Conforme Orlandi:

se diz “x” para não (deixar) dizer “y”, este sendo o sentido a se descartar do dito. É o não-dito necessariamente excluído. Por aí se apagam os sentidos que se quer evitar, sentidos que poderiam instalar o trabalho significativo de uma “outra” formação discursiva, uma “outra” região de sentidos. (2002, p. 76)

Esse movimento entre dizer e silenciar, ou ainda, como diz Orlandi (2002, p. 55), sobre a dimensão política do silêncio, “fazer dizer ‘uma’ coisa, para não deixar dizer ‘outras’”, materializa-se no discurso dos sujeitos na sociedade capitalista; e mais, produz efeitos no real sócio-histórico, pois pode servir, a depender do direcionamento ideológico, tanto para a manutenção do *status quo* quanto para contribuir para a sua transformação. No entanto, a “racionalidade” capitalista faz os sujeitos se submeterem ao jogo político, ou seja, os sujeitos tidos como cidadãos/candidatos/eleitores/consumidores são colocados diante das regras do jogo político burguês em processo de reprodução/transformação.

A partir de agora, faremos uma análise dos dois recortes discursivos retirados das entrevistas dos candidatos mais bem colocados nas pesquisas de intenção de voto à presidência da República: Bolsonaro (PL) e Lula (PT).

As entrevistas foram realizadas pelo Jornal Nacional, da Rede Globo de Televisão, no primeiro turno das eleições de 2022. Foram quarenta minutos de entrevista para cada candidato. Não faremos a transcrição total das entrevistas por questão de espaço neste artigo. Nosso foco será apenas no diálogo dos jornalistas com os candidatos quando da abordagem sobre a questão da política e da economia, significadas na “sabatina” como “crise” política e econômica.

Como dissemos, nosso objetivo é compreender a mediação do silêncio no movimento dos sentidos e dos sujeitos na conjuntura histórica atual que vivencia e fala de crise política e econômica e, ao mesmo tempo, silencia a crise estrutural do capital.

Assim, começando pela entrevista do candidato Jair Bolsonaro, constatamos que diversas questões foram abordadas num encadeamento das perguntas e respostas, como: eleições limpas e transparentes; xingamentos a Ministros do Supremo; presença das Forças Armadas nas eleições; ameaça de fechamento do Congresso por parte dos seguidores deste candidato, tido por ele como liberdade de expressão; negligência do governo durante a pandemia; interferência na Polícia Federal; trocas de ministros da Educação; aliança do governo com o Centrão; meio ambiente e devastação da Amazônia; economia em crise; compromisso com o resultado das urnas, pois esta foi muitas vezes ameaçada pelo candidato Bolsonaro.

Para iniciar a análise, ressaltamos que nosso entendimento é o de que política e economia estão entrelaçadas. Assim, na entrevista, a preocupação deste candidato com a reeleição o leva a “defender” a “economia”. Na entrevista, Bolsonaro aproveita para, referindo-se à pandemia de Covid-19, enfatizar que:

**SD1-** Bolsonaro: o *lockdown* serviu, sim, para **atrapalhar a nossa economia** e contaminar mais pessoas ainda em casa.

Dessa posição-sujeito do discurso, podemos dizer que determinadas ações orientadas pela OMS (Organização Mundial da Saúde), como distanciamento social, uso de máscaras, vacinação e *lockdown*, foram tidas como ações que serviam para “atrapalhar a economia”. Assim, é preciso perguntar quais os silenciamentos, o que não é dito nessa formação discursiva que faz significar a “economia” em detrimento da vida humana.

Segundo Orlandi (2002), é na remissão das palavras que o silêncio faz sua entrada e se enlaça nas múltiplas formações discursivas. A “economia” posta nessa discursividade é a economia burguês-capitalista. É a defesa do sistema que se impõe. Diz-se “economia”, mas não se diz “economia burguesa”, pois caso se dissesse, isso teria outras implicações na produção de sentidos e sujeitos.

O silêncio sobre a economia burguesa parece ser um pacto entre os sujeitos naquela entrevista. Consenso que silencia também que o Estado se origina das relações econômicas e que as relações econômicas da sociedade capitalista são relações de exploração de uma classe sobre a outra. Por isso, o Estado tende a reproduzir essa desigualdade e esse antagonismo.

Quando acompanhamos mais um recorte da entrevista, deparamo-nos com os seguintes dizeres:

**SD2** - Bolsonaro: **Eu sei do que é que o povo precisa: inflação baixa, taxa de juros menor, dólar menor** [...]. O que nós pretendemos fazer? É continuar exatamente na política que vínhamos fazendo desde 2019. **A grande vacina a favor da economia em 2019 foram reformas, como, por exemplo, da previdência**. Foi, por exemplo, a Lei da Liberdade Econômica. Foi a modernização das NRs, das normas regulamentadoras. Milhares de normas nós deixamos de lado, nós revogamos. Então, **a grande reforma da economia foi feita... A grande vacina** foi feita em 2019, e fez com que nós pudéssemos suportar 2020.

Nesse recorte, o candidato diz que “sabe do que é que o povo precisa”. Na verdade, ao dizer isso, ele discorre sobre o que “ele” pensa “saber” do que o “povo precisa”, mas faz isso da posição ideológica que assume, pois direciona para “inflação baixa, dólar menor e reformas”. Ou seja, os interesses capitalistas são mantidos e recriados no Estado como interesses gerais do “povo”.

Mas quem seria o “povo” senão a classe trabalhadora? A solução apontada pelo candidato à reeleição é um compromisso com o mercado. O que diz ser interesse do “povo” é o interesse da classe dominante que, por mecanismos econômicos, explora a classe que precisa vender sua força de trabalho para sobreviver. Assim, é a classe trabalhadora que paga o preço mais alto da crise com as “reformas” que são propostas pelos representantes do capital, como se elas dirimissem os problemas socioeconômicos.

Portanto, funcionam os efeitos de transparência e de opacidade. Nessa materialidade discursiva, o candidato à presidência apaga, por conta do efeito do silêncio que o constitui, o fato de que o Estado político é fruto do antagonismo de classes e não tem como resolver suas contradições. Assim, dessa posição ideológica, o sujeito simula resolver as contradições, sem pôr em risco a própria sustentação do Estado burguês. Por isso, age como árbitro, gerenciando os conflitos da sociedade através de “reformas”, metaforicamente chamadas de “grande vacina”; reformas que, subsumidas à lógica do capital, favorecem a maximização dos lucros capitalistas.

O silêncio que atravessa a palavra “reforma” faz com que os interesses dominantes freiem as transformações históricas e revolucionárias e, a todo custo, procura manter a “(des)ordem” do capital com seus interesses privados orientados pela lógica da lucratividade, que se sustenta na exploração do excedente de trabalho (mais-valia), fazendo “reformas”, como a da Previdência, por exemplo.

No caso em análise, trata-se da relação fundamental, segundo Orlandi, do dizer com o não-dizer. Isto porque “o silêncio não está apenas ‘entre’ as palavras. Ele as atravessa. Acontecimento essencial da significação, ele é matéria significante por excelência” (2002, p. 71).

Em outro momento da entrevista, a jornalista pergunta sobre uma determinada fala do Ministro do Meio Ambiente, à época, Ricardo Salles:

**SD3-** Renata: Em 2020, o seu então Ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, disse que era para aproveitar que a imprensa toda estava focada na cobertura da pandemia para ir **desregulamentando as leis ambientais, que ele chamou de “passando a boiada”**.

Esse discurso toca nas questões ambientais, no entanto, há um silêncio sobre a exploração que a lógica capitalista realiza sobre o meio ambiente. É certo que a pergunta da jornalista parece ser uma crítica à intenção de “desregulamentar leis ambientais/passar a boiada”, mas sua pergunta fica no limite da lógica do capital. Há silêncio funcionando aí nas palavras. Há sim um atravessamento de sentidos que convocam à defesa da natureza “leis ambientais”, mas seus efeitos se mantêm na ordem capitalista porque ficam no âmbito do discurso jurídico que também defende a propriedade privada e a manutenção dessas relações sociais de produção. Este silenciamento se faz necessário à significação tanto dos sujeitos como da sociedade que tem como lógica a exploração da classe trabalhadora e da natureza para a produção de mercadorias na reprodução do capital.

Por fim, encontramos a política, aparentemente, estabelecendo relação consigo mesma. Ou seja, relação entre os poderes Executivo e Legislativo, ora em conflito, ora em aliança:

**SD4-** Bolsonaro: Como é que eu vou trabalhar com o parlamento **sem** **os partidos do Centrão**?

O candidato afirma que para governar precisa “trabalhar com o parlamento”. Esse “trabalhar com o parlamento/Centrão” é como se dá o jogo político-econômico de troca de favores, negociatas, orçamento secreto etc., regidos pelos interesses do capital. Aqui estamos diante das palavras e de suas multiplicidades de sentidos e de silêncios. Relações de forças com conflitos e alianças, pois são frações do capital em disputa para manter seus privilégios. É a política aparentemente relacionando-se consigo mesma, mas, na profundidade, está o silêncio do movimento das relações econômicas capitalistas a exercer a sua dominação. Esta é, para nós, uma contradição constitutiva própria das condições de produção deste discurso em análise. O capital se serve do espaço do parlamento para garantir sua reprodução.

Quando Marx (MARX, 1995, p. 81) faz a crítica à política, destaca que o pensamento político se limita a ele próprio. O pensar dentro desses limites das regras do jogo político é preponderante na contemporaneidade. Podemos acrescentar a reflexão de Pêcheux: “a burguesia dissimula seu poder ditatorial por detrás das aparências democráticas, jogando com as palavras, e, quando necessário, conspira a portas fechadas.” (1990, p. 12). Assim, o que temos é uma classe dirigente que se representa no parlamento porque é também proprietária do capital e, por isso, visa mais lucros e defende a concentração da propriedade privada dos meios de produção. É aí que o Estado cumpre o papel de garantir a acumulação do capital e a manutenção da exploração da classe trabalhadora.

Compreendemos que nessa entrevista com Bolsonaro há um silenciamento das contradições entre capital e trabalho; há silêncio também sobre a existência das classes sociais e de seu antagonismo. O que preponderou foram os “conflitos” do presidente com as instituições, com a Polícia Federal, com o MPF, com os Ministérios da Saúde e da Educação, com o STF e com o TSE. Pareceu que tirando esses “fatos”, o candidato à reeleição poderia dirimir todos os problemas econômicos, porque não se falou de “crise econômica”, a palavra “crise” não compareceu, justamente ela que, em silêncio, estava balizando o processo político eleitoral, pois o Estado depende, essencialmente, do capital e vice-versa.

Passemos, agora, à entrevista realizada com o candidato Lula (PT). Vamos trabalhar mais um pouco o processo de significação do silêncio da lógica capitalista. Compreendemos que na entrevista com Lula, a questão econômica foi mais enfatizada porque o candidato representa a classe trabalhadora e, nessa direção, os interesses da burguesia se põem na arena de luta.

Na sabatina, as temáticas giraram em torno da operação Lava Jato; do combate à corrupção; sobre o governo Bolsonaro; sobre as ações do Ministério Público; sobre o candidato a vice, Geraldo Alckmin; sobre as medidas econômicas; sobre as relações com o Congresso Nacional; sobre o orçamento secreto; sobre a polarização política; sobre o agronegócio e, também, sobre a política internacional.

Podemos analisar mais a fundo os embates que se estabeleceram a partir dos recortes discursivos que seguem:

**SD5-** Bonner: **Muitos economistas afirmam** que esses milhões de empregos não criados, os investimentos que não foram realizados **seriam consequência** não da Lava Jato, mas **da crise econômica herdada da gestão de Dilma Rousseff.**

Nesse recorte (SD5), temos a fala do jornalista direcionando o sentido de “crise econômica” como uma “herança” do governo da presidenta Dilma Rousseff. O efeito é de evidência, mas sustentado por vozes de autoridades: “muitos economistas afirmam”. Trata-se de uma leitura do real que toma a interpretação sobre a crise como uma verdade, porque “muitos economistas afirmam”. Podemos questionar quais seriam estes economistas. De que posição falam? Certamente, da posição ideológica dominante, ou seja, dos interesses do capital, pois outros estudiosos de cunho materialista afirmam que vivenciamos uma crise estrutural do capitalismo. Segundo Mészáros, “todo o sistema do capital entrou em sua crise estrutural” (2002, p. 93) e essa crise é incontrolável, ou seja, insuperável se se mantem a lógica do capital.

Entendemos que a “crise econômica” é um fenômeno histórico, pois o sistema capitalista em sua existência tem um trajeto de crise: 1929 (Grande Depressão), 1970/80 (crise das dívidas dos países da América Latina), 1994 (crise dos mercados emergentes), 2008 (iniciada nos Estados Unidos, expandiu-se por todo o globo). Ou seja, o capitalismo, em seu funcionamento, atravessa crises estruturais profundas. No caso em estudo, estamos nos referindo aos dizeres sobre “crise econômica” que passaram a circular no Brasil a partir de 2008 que, apesar de ter sido iniciada nos EUA, trata-se de uma “crise econômica” global por conta da mundialização do capital.

Já em 2009, a América Latina começou a sentir mais diretamente os efeitos dessa crise: quedas nas taxas de lucro, endividamento, desvalorização da moeda, inflação, aumento do desemprego e da pobreza. Essa crise se estende até hoje e afetou fortemente o governo Dilma Rousseff (PT). No entanto, esta “crise econômica” foi significada como resultante da “crise política” que “implicou” o *impeachmen*t/golpe dado sobre o governo de Dilma (SILVA SOBRINHO, 2019), e não como um processo resultante do próprio funcionamento do capitalismo.

Ainda na linha de raciocínio inscrita nos interesses do capital, o jornalista segue com a entrevista tratando de “economia”:

**SD6**- Bonner: **Vamos falar de economia**, então, agora, candidato. **Todos os economistas atualmente estão dizendo** que o próximo governo vai ser obrigado a lidar com **uma bomba fiscal, um desequilíbrio das contas públicas enormes**. O senhor não tem sido claro quando fala dos seus planos para a economia. Mas o senhor ao mesmo tempo tem feito promessas. **Como é que o senhor pretende recuperar o equilíbrio das contas?**

Novamente, falando de “economia”, o jornalista aponta para “bomba fiscal”, “desequilíbrio das contas públicas”. É justamente aí que se manifesta a contraditoriedade da materialidade da língua e da história mediada pelo silêncio. Os efeitos desse silenciamento são determinantes na manutenção das relações capital-Estado e em sua ordenação político-econômica que aliena e reifica o sujeito. No silêncio se apaga que a “economia”, em verdade, se trata de pessoas, de relações de produção, de relações de classes, e não simplesmente de “equilibrar as contas”, gastando mais com o capital e diminuindo os gastos públicos.

O silêncio do devastador funcionamento da lógica capitalista faz mover os processos de significação, pondo em jogo os modos de significar a política e a economia. Ao dizer “economia”, “bomba fiscal” e “desequilíbrio das contas públicas”, o jornalista silencia outros sentidos que poderiam romper com a lógica capitalista, isso porque faz um recorte do dizer, dimensão política do silêncio. Ou seja, “quando circulamos pelas razões políticas, trabalhamos a dimensão do silenciamento na ‘formulação’ dos sentidos” (ORLANDI, 2002, p. 55). Há, pois, um silêncio sobre a necessidade de satisfazer as necessidades humanas e não a do capital.

Desse modo, podemos perguntar onde está o funcionamento do silêncio nesse processo discursivo. A nosso ver, está na posição ideológica do sujeito do discurso que pensa a política enquanto jogo e a economia como administração. Ou seja, pensa do ponto de vista limitado e também estratégico da política e da economia burguesa e, assim, afasta-se cada vez mais da compreensão da raiz dos problemas sociais, pois esta é posta em silêncio.

É nesse efeito do silenciamento que nos submetemos ao jogo político e reforçamos a manutenção da “ordem” econômica burguesa, porque se diz x para não se dizer y. No caso em análise, o jornalista, ao perguntar ao candidato Lula como “pretende recuperar o equilíbrio das contas”, apaga, necessariamente, outros sentidos possíveis para além do capital, porque pensa nos limites do próprio capital. Esse silêncio é uma forma de capturar também a subjetividade.

Nessa trama de sentidos, o candidato Lula se inscreve no tecido dessa discursividade para poder responder. E seu dizer também acaba por apagar os sentidos que poderiam instalar um outro lugar de significação.

**SD7**- Lula: **Primeiro, nós reduzimos a inflação para a meta,** sabe, durante todo o meu período de governo. **Segundo, nós reduzimos a dívida pública de 60,4% para 39%. Nós fizemos uma reserva de 370 bilhões de dólares, e nós ainda emprestamos 15 bilhões para o FMI.** Não sei se está lembrado disso. **Além do que, nós fizemos a maior política de inclusão social que a história desse país conheceu**. É assim que nós vamos governar esse país.

Vemos que na entrevista o candidato Lula entra no jogo da discursividade dominante. Mediado pela eficácia do silêncio que a sociedade capitalista produz, ele relembra fatos importantes de seu governo, tais como: “redução da inflação, redução da dívida pública, reserva de dólares, empréstimo ao FMI e política de inclusão social”. No entanto, não lança críticas às causas mais profundas dos males sociais, pois estas continuam silenciadas no entremeio das perguntas e das respostas no movimento da entrevista, ou seja: a propriedade privada, o capital financeiro e a exploração sobre a classe trabalhadora.

Marx (1995), *nas Glosas de 44*, argui o porquê de o âmbito político não compreender as causas dos males sociais. Em sua resposta, Marx afirma que há limites na própria política. Trazendo essa questão para nossa reflexão, na tentativa de alcançar um entendimento sobre a política do silêncio, podemos compreender como os sentidos derivam e continuam a propagar, na política, que as causas dos males sociais estão meramente no âmbito da administração direta e na necessidade de ordenação (racional?) da economia do Estado capitalista: “reduzir inflação, dívida pública, relação com o FMI e maior inclusão social”.

Na continuação da entrevista, temos o seguinte:

**SD8**- Lula: **A Dilma fez um primeiro mandato presidencial extraordinário, porque a crise se agravou, a crise internacional**, e, mesmo assim, **ela se endividou para poder manter as políticas sociais e para poder manter o emprego** em 4.5%, que foi o menor desemprego que nós tivemos na história desse país.

**SD9-** Bonner: **Só relembrando então: os números ruins, ao fim do governo Dilma**, a inflação, em 2013, estava em 5,9%, ela chegou, em 2015, a 10,6%, o PIB tinha subido 3% em 2013, caiu 3,5% em 2015, **então, assim, os números falam por si**.

Podemos ver que nas sequências SD8 e SD9, a esquerda sofre uma ofensiva quando se entrelaça aos efeitos dessa discursividade mediada pelo silêncio do funcionamento do sistema capitalista em crise estrutural. Nesse tipo de discursividade em análise, o pensamento de que a crise econômica no Brasil foi gerada pelo PT exprime os anseios político-econômicos que legitimam as regras do jogo e ofuscam cada vez mais a natureza limitada da política burguesa e sua articulação com os interesses de classes na sociedade capitalista.

É importante ressaltar que na entrevista, Lula traz outra significação possível para a crise econômica e para o governo da presidenta Dilma. Produz resistência à política do silêncio ali manifesta. Faz migrar os sentidos para outra prática discursiva, com outro gesto de interpretação: “A Dilma fez um primeiro mandato presidencial extraordinário, **porque a crise se agravou, a crise internacional**”. Lula, de outra posição possível nesta conjuntura sócio-histórica, tenta dar outro estatuto, produzindo furos nessa discursividade.

Apesar da fala do candidato Lula, o jornalista ainda insiste (SD9): “Só relembrando então: os números ruins, ao fim do governo Dilma [...] **então, assim, os números falam por si**”. Compreendemos o efeito de evidência pela “linearidade” do dizer que articula palavras, números e silêncios para produzir sentidos nos quais o mercado capitalista dita as regras. Em silêncio, o mercado comanda o funcionamento do discurso, pois é determinador na reprodução social.

Vimos que o jornalista mantém seu gesto de interpretação inscrito no funcionamento da (des)ordem do capital. Ao dizer “os números falam por si”, tenta impedir outros sentidos, outras interpretações. A nosso ver, fala de uma posição que exerce a política do silêncio, pois sua palavra se impõe como “palavra final”, como se dissesse: “é fato”; “é evidência”; “não há outra interpretação possível”. Podemos dizer ainda que os efeitos desse silêncio são uma forma de evitar que a história seja dirigida pela classe trabalhadora.

Nesses recortes de entrevistas podemos visualizar que não há uma radicalidade revolucionária como alternativa ao capitalismo, pois o discurso está centrado no jogo político e não lança objetivos de dissolução da sociedade capitalista. Apesar disso, podemos pensar, por outro lado, que na fala em análise, seria uma estratégia de dizer (ou não dizer) para poder dizer. Ou seja, poderíamos ler como uma forma de resistência no jogo de relações de forças e interesses antagônicos entre capital e trabalho. Ou como diria Orlandi (2002, p. 162): “o silêncio é a possibilidade do dizer vir a ser outro”.

Mediante esse processo de significação e seus efeitos de contradição, vamos para a última sequência discursiva do itinerário de nossa análise:

**SD10-** Lula: É a única razão pela qual eu quero voltar a ser presidente, **é a de consertar esse país**. Esse país tem que voltar a crescer, tem que voltar a ser feliz, tem que voltar a gerar emprego.

Nesta última sequência discursiva, o candidato Lula assume uma posição que resgata nossa esperança de mudança do que estamos vivenciando atualmente. Lula manifesta o desejo de “consertar esse país”, reconhece a crise que enfrentamos. Sua fala remete ao contexto sócio-histórico no qual o Brasil se encontra “desconcertado/quebrado” pelas políticas neoliberais de privatizações e cortes nos orçamentos, posições neofascistas, práticas genocidas e autoritárias, falas mentirosas e golpistas de Bolsonaro, reorientação dos interesses “do” Estado através de reformas que robustecem o caráter capitalista das políticas de governo e desregulamentam os serviços públicos, prejudicam ainda mais a classe trabalhadora e instalam a barbárie.

É preciso lembrar que a política partidária e o Estado não são esferas autônomas, pois suas sustentações estão nas relações materiais de produção e, por isso, reproduzem as contradições da sociedade capitalista. Portanto, quando o candidato Lula afirma que “Esse país tem que voltar a crescer, tem que voltar a ser feliz, tem que voltar a gerar emprego”, sem dúvida isso é urgente. No entanto, precisamos observar que a resolução dos males sociais (fome, miséria, exploração, violência, devastação da natureza) não se dará na sociedade burguesa, pois o capital é essencialmente contraditório e busca mascarar, ou ainda, silenciar suas questões inconciliáveis, já que vive no antagonismo, e nessa relação, não há acordos. O capital não está preocupado em fazer concessões; seu ataque feroz se dá sobre a classe trabalhadora e a sobre a natureza.

Portanto, ocupar o Estado é apenas um passo na luta emancipatória, é um caminho importante, mas não o suficiente para a transformação da sociedade.

# Considerações finais: efeitos políticos do silêncio do capital

“Reduto do possível, do múltiplo, o silêncio abre espaço para o que não é ‘um’, para o que permite o movimento do sujeito”. (ORLANDI, 2002, p. 13)

Como foi visto, mobilizar a categoria silêncio traz consequências, pois permite questionar o gesto que articula política e economia no jogo burguês e, também, permite potencializar a crítica sobre os fundamentos da sociedade capitalista em crise estrutural.

Levando em consideração o que diz Orlandi (2002, p. 55), ou seja, que o silenciamento é uma forma de fazer dizer “uma” coisa, para não deixar dizer “outras” ‒ e isso é **sua dimensão política** ‒, pensamos também que é preciso aprofundarmo-nos ainda mais sobre o entrecruzamento da política com a economia e os profundos silenciamentos sobre a crise estrutural do capital.

Pensando nas formas do silêncio que analisamos, podemos dizer que o debate não está encerrado. Esperamos que a batalha, a contestação, a resistência e a revolta não se reduzam à cena política em si e por si mesma. Estamos diante de questões históricas que precisam ser elucidadas em busca de horizontes que estejam para além dos efeitos de obviedade do jogo político-econômico capitalista. Precisamos tratar dessa questão e trilhar caminhos para além do capital, como diria Mészáros (2002).

Finalizaremos este texto citando mais uma vez Eni Orlandi, para que nossa prática continue a se ampliar em busca de novos horizontes em outros sítios de significação, pois “o silêncio é contínuo e há sempre sentidos a dizer” (2002, p. 73).

# Referências bibliográficas

CHASIN, José. A morte da esquerda e o neoliberalismo. **Ensaios Ad Hominem 1**. Tomo III – Política. São Paulo: Estudos e Edições Ad Hominem, 2000.

MARX, Karl. Glosas críticas ao artigo “O rei da Prússia e a reforma social. De um prussiano”. **Revista Práxis**. Projeto Joaquim de Oliveira, nº 5, 1995.

MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Boitempo, 2005.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2002.

LEIA a íntegra da entrevista de Jair Bolsonaro ao Jornal Nacional. UOL, Brasília, 22 ago. 2022. Eleições 2022, p. 1-29. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/eleicoes/2022/08/22/integra-jornal-nacional-entrevista-bolsonaro.htm>. Acesso em: 13 out. 2022.

LEIA a íntegra da entrevista de Lula ao Jornal Nacional. UOL, Brasília, 25 ago. 2022. Eleições 2022, p. 1-28. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/eleicoes/2022/08/25/integra-jornal-nacional-entrevista-lula.htm>. Acesso em: 13 out. 2022.

ORLANDI, Eni. **As formas do silêncio no movimento dos sentidos**. 5. ed. Campinas-SP: Unicamp, 2002.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e Discurso**. 4. ed. Campinas-SP: Unicamp, 2009.

PÊCHEUX, Michel. Delimitações, inversões, deslocamentos. In

**Cadernos de Estudos Linguísticos**, Campinas, SP, v. 19, p. 7-24, 1990. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cel/article/view/8636823>. Acesso em: 16 out. 2022.

SILVA SOBRINHO, Helson. Estado, política e farsa: o golpe de 2016 e o discurso na reprodução do capital. In: GRIGOLETTO, E. et al. **Silêncio, memória, resistência: a política e o político no discurso**. Campinas-SP: Pontes, 2019.

1. Docente da Universidade Federal de Alagoas (Ufal). Bolsista Produtividade em Pesquisa do CNPq. Sociólogo e doutor em Linguística na área de Análise do Discurso (AD) pela UFAL e pós-doutor em Linguística pela Unicamp. Desenvolve estudos sobre Discurso, Sujeito, História, Ideologia e Materialismo Histórico. É vice-líder do Grupo de Pesquisa Discurso e Ontologia (Gedon). É autor do livro Discurso, Velhice e Classes Sociais. Possui também publicações de capítulos de livros e artigos em diversas revistas especializadas na área de Linguística e Análise do Discurso. E-mail: [helsonf@gmail.com](mailto:helsonf@gmail.com) [↑](#footnote-ref-1)